SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR
CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 15h30, foi realizada de forma híbrida a 36ª Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR, no endereço: Rua Inácio Lustosa, 700 – São Francisco, Edifício do PARANAPREVIDÊNCIA – 80510-000 – Curitiba – PR, e também através do *link*: meet.google.com/ixq-bjzj-kzz. Estavam presentes os conselheiros: Suelen Glinski Rosa, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR; Ana Raquel de Oliveira Alves, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB; Alexandra Peixoto, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Thaise Francielle de Sousa Roth, do Instituto Se Faz; Jôsi Maria Bervian, da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA; Jacson Paulo Tessaro, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFPR e Jesiê Reinert, do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo – CEFURIA. Participaram como convidados: Bernardete Cosme, do empreendimento As Arteiras; Bruno Mafazolli, da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba – SMSAN; Keiko Sato, do empreendimento Natur All; Lisiê Manoella Moro da Silva, agente do Programa de Formação Paul Singer; Luis Alves Pequeno, Coordenador do Programa de Formação Paul Singer; Maria Luisa Carvalho, da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná (RIU/PR); Ronan Rolim, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Viviane dos Santos Fonseca, do Coletivo Uniafro IN; Edson Santiago Mariano, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação de Curitiba – SMDEI; Alex Justus da Silveira, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR; Jair Pedro Vendrusculo, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR; Matheus José Gonçalez da Silva, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR e Dario Luiz Dias Paixão, Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR. Suelen abriu a reunião solicitando uma inversão de pauta, que foi aprovada da seguinte forma: 1. Aprovação da ata da 35ª Reunião Ordinária; 2. Vice-Presidência do CEES; 3. Repasses das Comissões de Trabalho; 4. Apresentação da nova gestão da SETR e demais participantes; 5. Feiras de Economia Solidária em Curitiba; 6. Relato sobre articulação entre Estado e Município de Curitiba e 7. Informes Gerais. Em seguida relatou que houve uma nova troca de gestão na SETR, informando os nomes do atual Secretário, Rodrigo Rodrigues, e do Diretor-Geral, Dario Paixão. Também justificou a alteração da data da reunião visando haver uma reunião conjunta entre o CEES e Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de Curitiba – CMEPS. Adentrou então na pauta, questionando se havia alguma objeção ao que constava na Ata da 35ª Reunião Ordinária, que foi aprovada unanimemente. Passou-se então ao segundo item da pauta, a respeito da Vice-Presidência do CEES. Matheus informou que, conforme combinado em reuniões

anteriores, a Coordenação do Fórum Paranaense de Economia Solidária havia enviado um ofício com a indicação de Lucas Paulatti Kassar, representante de Empreendimentos Econômicos Solidários, como vice-presidente do CEES. Seria necessário então deliberar através do Conselho a anuência a esta indicação, visando cumprir o Regimento Interno vigente. Como o indicado não estava presente na reunião, Matheus foi orientado pela Assessoria Técnica da SETR a encaminhar a sua nomeação e que sua posse ocorresse em reunião em que estivesse presente. Não constando objeções, foi deliberada então a nomeação de Lucas Paulatti Kassar, representante da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver, como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Economia Solidária durante o biênio 2026-2027. Jacson sugeriu então que a nova Mesa Diretora pudesse se organizar entre si previamente para a condução das próximas reuniões, facilitando os trabalhos e agendamentos de futuras reuniões. Encerrado este assunto, passou-se então a discutir o terceiro item da pauta: Repasses das Comissões de Trabalho. Matheus fez um breve relato sobre a Comissão Estadual de Cadastro e Informação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). Disse que as comissões estaduais haviam tido uma reunião com a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), na qual foram apresentadas duas minutas (uma Portaria e uma Instrução Normativa) com prováveis mudanças paras as comissões, as quais estavam sendo discutidas no Conselho Nacional de Economia Solidária. Nessas minutas estão previstas mudanças no nome das comissões, que passarão a ser chamadas Comissões de Avaliação e Informação. Também está prevista a participação de um representante das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego em cada comissão, visando conduzir os trabalhos em conjunto com o membro do conselho responsável. Há também a previsão da criação de Entidades Cadastradoras, às quais os empreendimentos econômicos solidários poderão se dirigir para que seus cadastros sejam efetuados. Para além disso, há a previsão de uma diferenciação entre empreendimentos econômicos solidários de primeiro e de segundo grau, sendo os primeiros compostos por três ou mais pessoas físicas, enquanto os de segundo grau são compostos por três ou mais empreendimentos econômicos solidários, características das federações de cooperativas, redes de economia solidária, entre outros. Jacson então acrescentou algumas informações que também estavam em andamento a nível nacional, como a criação do “EMSOL”, figura jurídica do Empreendimento Econômico Solidário, já estabelecida por lei e ainda a ser regulamentada. Disse ser algo que está avançando nas discussões do Conselho Nacional de Economia Solidária e uma vez que a Instrução Normativa seja publicada, será possível o cadastro de CNPJs de Empreendimentos Econômicos Solidários em juntas comerciais. O Cadastro no Cadsol será um dos requisitos para a emissão desses CNPJs. Além disso, acrescentou que na Instrução

Normativa sobre o Cadsol estavam sendo alinhados os requisitos mínimos a serem apresentados nos cadastros, visando padronizar minimamente os critérios para aprovação a nível nacional, porém mantendo a autonomia das comissões estaduais e municipais. Também informou a respeito do possível resgate dos cadastros do sistema antigo do Cadsol, pois muitos deles não haviam sido refeitos e estava em discussão a possibilidade de se utilizar a base de dados de empreendimentos que já haviam se cadastrado e continuam em atividade. Sobre as entidades cadastradoras, afirmou também que a ideia era que os empreendimentos que as utilizassem apresentassem documentos assinados se responsabilizando pelas informações colocadas no sistema, uma vez que o cadastro seria feito por indivíduo não integrante desses empreendimentos. Suelen propôs então que fosse feita uma ampla divulgação dessas informações, assim que aprovadas, utilizando os meios de comunicação estaduais e municipais disponíveis. Thaise sugeriu que haja promoção do Cadsol por parte de entidades cadastradoras em eventos de economia solidária. Também sugeriu que haja materiais orientadores aos empreendimentos sobre os procedimentos a serem adotados durante o registro de CNPJ EMSOL em juntas comerciais, com o que Jacson concordou e afirmou que estava sendo estudada a possibilidade de se publicar guias oficiais da Senaes com orientações. Encerrado este assunto e com a chegada de Dario Paixão, Diretor-Geral da SETR, a palavra lhe foi dada para se apresentar e falar sobre a nova gestão da SETR. Ressaltou bom trabalho do conselho e o compromisso da gestão para o desenvolvimento das atividades deste, a transversalidade dos temas tratados e a importância da articulação com outras instituições, citando como bom exemplo a interlocução que estava ocorrendo entre a SETR e a SMDEI da Prefeitura de Curitiba. Afirmou que a nova gestão da Secretaria possui um perfil técnico, mas sempre articulado com as instâncias políticas, apresentando alguns projetos e atividades que ele e o Secretário Rodrigo Rodrigues haviam desenvolvido pela Prefeitura de Curitiba. Demonstrou apoio à constituição de um Fundo Estadual de Economia Solidária, afirmando ser uma das melhores maneiras de se implementar e impulsionar as políticas de economia solidária, citando a experiência que teve recentemente com a implementação de um Fundo de Inovação na Prefeitura de Curitiba. Por fim, colocou-se à disposição do CEES para o fomento à economia solidária, bem como o Secretário Rodrigo Rodrigues e demais servidores da SETR. Em seguida, cada um dos presentes se apresentou, dizendo as instituições às quais estavam ligados e atividades que realizam ou realizavam relacionadas à economia solidária. Finalizadas as apresentações, retomou-se a pauta a respeito do Cadsol, e Matheus fez uma breve apresentação sobre os números do Paraná, com 61 empreendimentos com cadastros aprovados, estando em uma posição mediana em relação a outros estados do Brasil. A maior parte dos cadastrados eram de coletivos informais, seguidos por associações e

cooperativas. Nos 61 empreendimentos aprovados, havia um total de 2261 associados. Em seguida, mostrou como era feito o trabalho da Comissão Estadual e os critérios levados em conta para aprovação dos cadastros de empreendimentos econômicos solidários, apresentando o Formulário de Apoio ao Parecer no Cadsol disponibilizado pela Senaes às Comissões Estaduais e Municipais. Demonstrou como era feito o preenchimento para posterior efetuação do parecer no sistema, com a comissão discutindo nas reuniões se os dados e documentos fornecidos pelos empreendimentos comprovam o caráter coletivo, bem como associativo ou autogestionário, a realização de atividades econômicas e a não realização de intermediação de mão de obra subordinada. Finalizado o tema do Cadsol, Jacson solicitou que se adentrasse no tema do Plano Estadual de Economia Solidária. Trouxe para deliberação uma solicitação da Comissão de Trabalho, a respeito da Proposta 2 do Eixo Temático 3 aprovada na conferência estadual. A proposta solicita que haja estudos em relação a alíquotas de tributos que possam ser direcionadas para o financiamento de empreendimentos econômicos solidários. A comissão propôs que já se oficiasse os órgãos governamentais que pudessem produzir tal material, de modo que os resultados possam ajudar na dotação orçamentária de um eventual Fundo Estadual de Economia Solidária. Também informou ter sido discutida na comissão a possibilidade de diálogo com a Frente Parlamentar de Economia Solidária, visando obter aprovação para uma dotação orçamentária voltada à economia solidária na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP. Jacson afirmou que um fundo estadual deveria ser, para além da economia solidária, voltado também ao trabalhador da economia solidária, visando apoiar os trabalhadores informais que participam de empreendimentos e muitas vezes estão desprotegidos quando precisam se afastar da atividade laboral. Assim, para além da captação de recursos para produção de conhecimento, incubação, equipamentos, linhas de crédito, finanças solidárias e outras políticas de economia solidária, deve-se pensar no apoio ao trabalhador em períodos de afastamento e na saúde do trabalhador da economia solidária de um modo mais amplo, dialogando com órgãos como o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e a Rede de Atenção Psicossocial. Jôsi acrescentou que se poderia começar a pensar também na inclusão da economia solidária nas compras públicas, tendo em vista que em muitos dos serviços contratados em órgãos públicos estaduais se poderia utilizar as atividades de empreendimentos econômicos solidários. Questionados sobre a possibilidade de se incluir a economia criativa e a de impacto em um eventual fundo estadual, Suelen afirmou que essas pautas estavam sob a incumbência de outras Secretarias do Estado e Jacson afirmou se tratarem de novas vertentes surgidas posteriormente à economia solidária, mas que poderiam eventualmente ser contempladas caso os beneficiários sejam empreendimentos coletivos e autogestionários. Luis Pequeno

então pediu a palavra e solicitou um compromisso da sociedade civil e poder público participantes da atual gestão do CEES para que as políticas de economia solidária possam ser contempladas no próximo Plano Plurianual, independentemente das trocas de gestão que possam resultar das eleições para o governo, sendo um papel do CEES fazer essa articulação. Dario então respondeu que a atual gestão estava comprometida a fazer uma estruturação das políticas públicas sob responsabilidade da SETR e pensá-las partindo do princípio que haveria uma continuidade, deixando um solo fértil para os próximos anos. Seguindo com a discussão sobre o Plano Estadual de Economia Solidária, passou-se à Proposta 3 do Eixo Temático 5, a respeito de um marco legal, jurídico, tributário e previdenciário para Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio e Fomento. Matheus informou que a comissão havia entendido se tratar de uma proposta elaborada visando ser discutida na Conferência Nacional e não seria algo que caiba ao Estado do Paraná executar, solicitando assim a sua retirada das propostas a serem discutidas em um Plano Estadual. Jacson complementou que o CEES era um espaço de participação do movimento de economia solidária, cabendo-lhe dar essa anuência para a retirada do Plano Estadual. Deliberou-se então que tal proposta seria retirada do Plano, bem como que a SETR faria o encaminhamento da constituição de um Fundo Estadual de Economia Solidária visando a execução do plano, apresentando uma minuta de decreto para apreciação, a fim de tramitá-la ainda em 2026. Também deliberou-se que, conforme solicitado pela Comissão, Jacson seria o Coordenador desta, visando conduzir reuniões e organizar pautas quando do diálogo com outros órgãos do estado para a elaboração e execução do plano. Por fim, Jacson fez uma breve explanação à nova gestão sobre a Comissão de Trabalho de Diálogo Interconselhos, a qual visava a interlocução entre o CEES e demais conselhos estaduais com temas ligados à economia solidária bem como o diálogo entre o CEES e conselhos municipais de economia solidária existentes no Paraná, estando a comissão em processo de elaboração de um regimento interno para organização das reuniões entre os conselhos participantes para posterior apresentação ao CEES para aprovação. Finalizados os repasses das comissões de trabalho, adentrou-se no quinto item da pauta, sobre as Feiras Regionais de Economia Solidária que estavam sendo organizadas em Curitiba em parceria com a Prefeitura Municipal. Suelen relatou sobre as três feiras já realizadas nas Ruas da Cidadania Pinheirinho, Fazendinha/Portão e Cajuru, enaltecendo a participação do Secretário Rodrigo Rodrigues e o Diretor-Geral Dario Paixão, que têm um olhar para a política de economia solidária. Informou que estava sendo planejado o envio de um formulário para coleta de informações sobre a satisfação dos empreendimentos participantes e pontos de melhoria para que as próximas feiras sejam cada vez melhor organizadas. Suelen acrescentou que a SETR tentaria, a pedido do Secretário, um

espaço com a Prefeitura de Matinhos para a realização de uma feira durante o Verão Maior no fim de 2026 e início de 2027, devendo-se discutir formas de viabilizar a participação de empreendimentos de outras regiões do Paraná, como espaço para hospedagem ou formas de transporte diário, com rotatividade entre os selecionados e participação permanente dos empreendimentos do litoral. Jôsi concordou e afirmou ser importante a disponibilização de espaços para os empreendimentos locais, tendo em vista as altas taxas cobradas pelo município a quem deseja expor seus produtos durante a alta temporada. A palavra foi então passada a Edson, que relatou a satisfação por executar este projeto em parceria com o estado e como as feiras estavam sendo bem sucedidas. Também afirmou que se tentaria alinhar algumas das próximas delas com os mutirões de emprego que estavam sendo realizados em parceria entre estado e prefeitura, visando aproveitar a grande circulação de pessoas ocasionada. Além disso, todas as Administrações das Regionais estavam recepcionando o projeto muito bem e inclusive sugerindo a ampliação das frequências das feiras. Por fim, ressaltou o diálogo entre estado e município para que as próximas edições fossem melhorando cada vez mais e facilitando o trabalho dos expositores. Dario acrescentou ser um desejo da atual gestão da SETR a ampliação dessas feiras para outras cidades do Paraná no futuro, com um planejamento para que a Secretaria tenha condições de sustentar esses novos projetos. Sugeriu também houvesse a criação de espaços para a economia solidária na Feira do Empreendedor e outras mais que possam se tornar viáveis através de parcerias entre a SETR e a Prefeitura de Curitiba, visando aproveitar projetos já estruturados que estavam em andamento. Jacson aproveitou para ressaltar a importância de que haja pontos de hidratação para os feirantes nesses espaços, mantendo em vista a saúde dos trabalhadores e a disponibilidade por parte da Sanepar de equipamentos que permitem esse fornecimento. Passando ao ponto seguinte da pauta, a respeito da articulação entre o Estado e o Município de Curitiba, Suelen abriu a palavra a todos que também participam do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de Curitiba – CMEPS. Edson disse estar muito feliz com a parceria, dizendo ter procurado a SETR na gestão anterior e não ter obtido uma aproximação tão boa quanto a que estava ocorrendo agora, colocando-se aberto ao diálogo e novas ideias e projetos para trazer soluções a Curitiba e ao Paraná. Por fim, passou-se ao último item da pauta, os informes gerais. Matheus informou que estavam em andamento duas substituições de conselheiros suplentes do CEES: Alexandra Peixoto daria a lugar a Ronam Rolim, pela Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver, tendo sido encaminhado um ofício do Fórum Paranaense de Economia Solidária solicitando a substituição e com a tramitação já em andamento. Também o Instituto Se Faz iria solicitar a substituição de Rafael Morais da Cunha, porém ainda era necessária a formalização do processo para dar início à nomeação. Matheus

informou também que Marcos Regazzo havia solicitado sua própria substituição da Comissão do Cadsol, tendo em vista que a Cáritas Arquidiocesana de Londrina não estava mais envolvida em projetos de Economia Solidária. Também esta última substituição ainda carecia de ofício da instituição para que o processo fosse iniciado. Luis Pequeno pediu a palavra para parabenizar também a articulação e troca de experiências que estava ocorrendo entre Edson e os gestores de economia solidária do município de São José dos Pinhais, ressaltando a importância desse tipo de diálogo para a construção de políticas públicas de economia solidária. Solicitou que fossem repassadas ao Programa Paul Singer as ações tomadas para que este pudesse ajudar e articular a participação dos empreendimentos. Por fim, fez um informe sobre um curso que será ofertado pelo Instituto Federal de São Paulo sobre bancos comunitários, o qual será gratuito, solicitando a participação e fomento das finanças solidárias em todo o Paraná. Dario informou que a Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais estava em processo de se tornar também uma Casa do Trabalhador como Curitiba, o que daria à agência muito mais potencial para executar ações voltadas às políticas do trabalho e incluindo a economia solidária. Por fim também disse que a SMDEI já havia feito um projeto para fornecer a linha de crédito mais barata do Brasil a pequenos empreendedores e que incluía também a economia solidária, sendo que se pensava em executar pelo estado um projeto oferecendo linhas de crédito semelhantes voltadas especificamente à economia solidária. Por fim, para a próxima reunião, Suelen afirmou que tentaria que fosse descentralizada e realizada em Ponta Grossa conforme se estava tentando anteriormente. Uma vez que Rodriano retornasse das férias e pudesse voltar a articular com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) se tentaria conciliar as datas para a realização. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e eu, Matheus José Gonçalez da Silva lavrei a presente ata.